

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: RELAÇÃO COM O ENSINO- APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

LIMA, Andressa Nascimento.

Curso de Licenciatura em Letras

Centro Universitário Internacional Uninter

ALMEIDA, Daiane Vithoft de.¹

Professora Orientadora

RESUMO

Atualmente, é possível observar que o ensino da Língua Portuguesa se concentra no ensino tradicionalista, focando apenas nas normas gramaticais como a forma correta e desconsiderando as demais variações linguísticas existentes. Esse fator acaba acarretando o preconceito linguístico em relação às demais variedades que são tidas como erro diante da norma padrão da Língua Portuguesa. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é analisar as variações linguísticas e a interferência do preconceito linguístico no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. A partir desse fato, surgiram perguntas norteadoras dessa pesquisa: De que forma devemos agir mediante as variedades linguísticas: como formas diferentes de realização da língua ou como sendo corretas ou incorretas? O preconceito linguístico interfere no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa dos alunos? Para responder tais questionamentos, foi realizado um estudo descritivo, com abordagem qualitativa através de uma revisão bibliográfica, contemplando artigos científicos, monografias e dissertações disponíveis na Língua Portuguesa em bases de dados eletrônicas como Scielo (*Scientific Electronic Library On-line*) e Google Acadêmico. Como resultado da prática investigativa, foi possível observar que o mesmo havendo diversas variações da língua portuguesa, o preconceito linguístico existe no âmbito escolar e acaba interferindo no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

As variações linguísticas são compreendidas a partir da história no tempo e no espaço. Nos últimos anos, diversos estudiosos da área da linguagem passaram a desenvolver diversas investigações e estudos com o intuito de identificar, analisar e

¹ Professora Daiane Vithoft de Almeida, Graduada em Letras no ano de 2005 na Instituição Santa Cruz, pós-graduada em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Pós-graduada em Deficiências Múltiplas. Professora Orientadora na Faculdade Uninter.

descrever os fenômenos de variação linguística que ocorrem nas regiões do Brasil, tendo em vista que essa temática vem sendo amplamente discutida nas escolas e meios sociais por ser geradora do chamado preconceito linguístico.

Esse preconceito acaba fomentando casos de discriminação e problemas de interação entre os alunos, tornando a sala de aula um ambiente de exclusão. A partir dessas informações, o desenvolvimento deste estudo torna-se relevante para que todos os indivíduos possam compreender que a diversidade linguística cultural precisa ser respeitada e apreciada como marca da identidade de um povo.

Além disso, a fundamentação teórica trará pressupostos ligados às concepções teóricas e práticas referentes ao preconceito linguístico que ocorre na educação, além de métodos que o professor deve adotar para lidar da melhor maneira possível com a situação do preconceito linguístico em sala de aula. Assim, os estudantes assumem o seu papel crítico e reflexivo sobre a compreensão das variações linguísticas presentes no contexto educacional a qual está inserido, minimizando a teoria preconceituosa de que somente a norma culta é a língua correta.

O presente trabalho traz como objetivo geral analisar as variações linguísticas e a interferência do preconceito linguístico no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. E como objetivos específicos: Conhecer e reconhecer as variações linguísticas em diversos contextos do Brasil como identidade social e não como erro gramatical; identificar manifestações de preconceito linguístico no contexto escolar; apresentar aos docentes métodos de ensino da Língua Portuguesa que diminua o preconceito linguístico.

Para a realização desta investigação foi feita uma pesquisa bibliográfica a fim de possibilitar a análise de um mesmo assunto a partir de diferentes olhares e realidades, a partir da contribuição de diferentes autores, visando um melhor entendimento sobre o tema abordado acerca do preconceito linguístico. Esse tipo de pesquisa traz indícios temporais, entretanto, apresenta-se como indispensável para a compreensão da realidade em sua plenitude. Assim sendo, os resultados e discussões dessa pesquisa constituem-se em tópicos que articulam com o tema do projeto.

O primeiro tópico retrata, de modo geral, os conceitos de variação linguística e preconceito linguístico. O segundo tópico aborda sobre o preconceito linguístico na escola e como isso interfere na aprendizagem dos alunos. E o terceiro item traz as considerações adquiridas durante a pesquisa em relação à temática abordada,

apontando soluções que auxiliem o professor na amenização do preconceito linguístico em sala de aula.

2. VARIAÇÃO LÍNGUISTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: DEFINIÇÕES

Foram consideradas contribuições de vários autores e documentos que abordam esta temática. Dentro das variações linguísticas estão a pronúncia e a nomenclatura das coisas. Tarallo (1986, p. 08) afirma que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*”. Dinah Callou e Yonne Leite (2005) afirmam que “é na linguagem que se reflete a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, extratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade”.

A partir daí, surge o preconceito com relação a algumas variedades linguísticas, o que ressalta os conflitos existentes na sociedade. Diante dessas informações, “é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana”. (BRASIL, 1998, p. 82). Os Parâmetros Curriculares Nacionais ressaltam ainda que “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades” (BRASIL, 1998, p. 29).

A respeito do preconceito linguístico, Bagno (1999) faz a seguinte afirmação:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’ (p. 40).

A sociedade é dividida em níveis econômicos e as classes sociais mais baixas possuem certo constrangimento ao se expressarem verbalmente nas aulas de Língua Portuguesa, tendo em vista que são constrangidos pelos próprios professores, que impõem que somente ele possui uma linguagem correta, não levando em consideração a participação oral dos alunos.

Sobre isso, Possenti (2008) ressalta que

as crianças brasileiras falam o dia todo em português (e não em chinês, alemão etc.). Logo, sabem português. Os brasileiros cuja situação social e econômica não lhes permitiu que estudassem em muitos anos (às vezes, nenhum) falam o tempo todo. É claro, falarão como se fala nos lugares em que eles nascem e vivem, e não como se fala em outros lugares ou entre outro tipo de gente. Logo, falam seus dialetos. Logo, sabem falar (p 29-30).

Dessa forma, a variação linguística existente é facilmente identificada, tendo em vista a influência dos fatores sociais que diferenciam cada grupo social, além dos fatores geográficos como cidade, região, etc. Assim, Costa (2012) afirma que “etimologicamente, o termo variação vem do latim ‘variatione’, significando variedade, ato ou efeito de variar (se). Variar por sua vez significa tornar vário ou diverso, alterar, mudar”. Em decorrência disso, realizar o estudo da variação linguística permite que haja o rompimento com o preconceito linguístico, que é regido pelas normas gramaticais.

Além disso, o termo “norma culta” é utilizado de maneira errônea, tendo em vista que ela não é uma norma padrão, pois esse tipo de linguagem é utilizado por pessoas da área urbana que possuem escolaridade de nível superior completa. Por conta disso, o preconceito linguístico acaba se desenvolvendo e gerando um problema social e, a partir daí, é necessário realizar um trabalho voltado para as variações sociolinguísticas no intuito de amenizar essa problemática. Bagno (1999) ressalta que

o preconceito linguístico está ligado, em boa medida à confusão que foi criada, no curso de história, entre *língua* e *gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo. Também a gramática não é a língua. A língua é u enorme *iceberg* flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada *norma Culta*. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo resto da língua – afinal, a ponta do *iceberg* que emerge representa apenas um quinto de do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia gerada pelo preconceito linguístico. (BAGNO, 1999, p. 9-10).

Apesar de todo esse esforço, alguns profissionais de Língua Portuguesa ainda demonstram grande resistência em trabalhar com as variações linguísticas e encaram as normas gramaticais como sendo a linguagem culta e correta. É preciso que as escolas trabalhem para desmitificar essa ideia e passem a aceitar que existe uma grande diversidade linguística no Brasil, o que pode contribuir para o aluno que chega à escola com uma linguística proveniente do seu cotidiano, que emprega uma variedade do português padrão. Assim, o respeito à diversidade linguística prevalece, além do respeito à cultura regional de cada um, mostrando que as línguas não são homogêneas e que o fundamental é a concretização da comunicação.

A VARIEDADE LINGUÍSTICA DENTRO DA ESCOLA: COMO LIDAR

Como é de conhecimento, a língua vai mudando com o passar dos anos e novas formas de comunicação vão surgindo. Apesar disso, acaba existindo apenas um tipo de vocabulário como sendo o correto para o uso da linguagem. E é na escola que essa imposição acaba sendo firmada, tendo em vista que desde o início da alfabetização, a criança já é ensinada a falar de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa. Um dos grandes erros cometidos pela escola é tentar modificar a bagagem cultural que a criança já traz de cada, pois assim, ela não conseguirá perceber que existem vários tipos de linguagens e acaba discriminando àqueles que não utilizarem o mesmo vocabulário culto da língua, surgindo o preconceito linguístico.

Diversas situações na escola acabam inibindo os alunos a se comunicarem tanto com o professor, quanto com as demais pessoas, tendo em vista que a maneira como se expressam acaba sendo corrigida pelo professor, diante de métodos arbitrários e/ou até mesmo por falta de conhecimento. E diante da sociedade em que vivemos, com diferentes níveis econômicos, a existência de diferentes discursos linguísticos é inevitável. Esse método de correção por parte do professor acaba afetando, também, a aprendizagem dos alunos, pois a interação que ocorre em sala de aula é de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual dos mesmos e há uma grande deficiência na comunicação entre os professores e os alunos.

Diante da sociedade, aqueles que possuem um nível econômico mais alto, automaticamente possuem um nível de intelectualidade mais elevado, tendo em vista que possuem mais oportunidades e meios para adquirir conhecimento. Mesmo com esse desnível com relação ao acesso ao conhecimento, algumas atitudes realizadas por parte dos professores podem ajudar a minimizar a situação do preconceito linguístico, priorizando a oralidade em sala de aula, por exemplo, e dando orientações para os alunos de como devem se expressar perante as diversas situações do dia a dia, mas respeitando as diversas variações linguísticas de cada um.

O professor deve enfatizar em suas aulas que não existe apenas uma língua correta, mas sim diversas situações do cotidiano em que haverá a adequação da linguagem a ser utilizada. Assim, os alunos poderão utilizar a linguagem adequando-a a cada situação apresentada. As escolas acabam tratando o ensino da Língua Portuguesa como um conjunto de normas e regras que se sobrepõem às variedades linguísticas existentes, o que acaba fazendo com que a escola se torne excludente, quando deveria ser um espaço de interação, de acesso à informação e ao conhecimento.

Neves (2003), citando Mattos e Silva, ressalta que

a escola não é mais do que um instrumento de reprodução da sociedade em que está inserida, como tão bem demonstram Bourdieu e Passeron (1982), e o privilégio de um padrão normatizado, segundo a variante socialmente dominante, é uma poderosa peça dessa engrenagem ideológica (NEVES, 2003, p. 68).

As diversas formas de variações linguísticas devem ser respeitadas e valorizadas e não excluídas por serem consideradas inferiores e o principal papel do professor, portanto, é de mostrar aos alunos que existe uma variedade linguística e incentivá-los a participar ativamente e criticamente das aulas, não fazendo substituição do vocabulário que eles já têm. Neves (2003, p. 94), afirma que “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola”.

(...) quando vai para a escola, a criança domina o padrão coloquial de seu grupo, que é mais, ou menos, próximo do padrão culto, dependendo do grupo socioeconômico e cultural do qual ela provém. Daí que, sem uma educação formal que a ponha em contato com a “língua-padrão”, quanto mais desfavorecido em termos de letramento o ambiente do qual ela provenha, mais desfavorecida no desempenho ela continuará, porque é a escola, no geral, o único espaço em que a criança terá suporte para entrar equilibradamente na posse de conhecimentos que lhe possibilitarão adequação sociocultural de

enunciados, em que ela terá suporte para transitar na competência natural do coloquial (mais distante, ou menos distante, do padrão) para uma posse ampla e segura que lhe permita adequar seus enunciados, nas diversas situações de interação (NEVES, 2003, p. 24-25).

A função da escola é a de proporcionar conhecimento aos alunos e um aprendizado de qualidade, respeitando e ampliando o conhecimento que cada um traz consigo e quando se é valorizado somente a língua padrão, a sala de aula deixa de ser um âmbito de interação e troca de comunicação, tornando-se um espaço de correção e repressão. De acordo com Bagno, 2001, p.36, “menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou a variedade da língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo enquanto ser humano”. E quem acaba sofrendo mais são aqueles alunos provenientes de uma classe menos favorecida economicamente.

Em decorrência disso, muitos alunos acabam encerrando seu ciclo acadêmico da educação básica sem conseguir expor suas ideias, pois o medo de empregar as regras gramaticais erroneamente é maior. Gnerre, 1998, p.6, diz que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. É como se o aluno permanecesse preso dentro do seu próprio mundo, distante da realidade que o rodeia. A escola, portanto, deve ser a responsável por desenvolver a competência comunicativa no aluno, ao invés de relações de desigualdade. Para Mantoan (2003),

uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar (MANTOAN, 2003, p. 62).

Para que essa qualidade na educação de fato aconteça, a escola precisa valorizar não apenas uma única língua como sendo a correta, mas observar as diversas variantes linguísticas dos grupos sociais que compõem a escola, a cultura popular. É preciso fazer com que o preconceito linguístico deixe de ser disseminado e, para isso, a escola não deve dar ênfase somente ao ensino da Língua Portuguesa centrado na gramática, pois isso acaba dando força ao preconceito e aumentando a ideia de que o Português é uma língua extremamente difícil. Gnerre, 1998, p.25, diz que “a gramática normativa escrita é um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente ou declaradamente autoritárias ou centralizadas”. Para Perini,

1997, p.48, “gramática é a matéria que ninguém aprende”. E para Bagno, 2001, a gramática tradicional está presa ao passado:

Uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras – entre as quais incluo a GT – privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de des-historização desse discurso, que passa a ser, assim, uma “grande verdade” atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram (BAGNO, 2001, p. 37).

Conforme a citação de Bagno (2001), a Língua Portuguesa ainda está condicionada à gramática normativa e não à língua utilizada na sociedade atual. A norma padrão com regras gramaticais foram criadas para serem usadas no período antepassado, por grandes escritores renomados. Atualmente, é preciso que haja um equilíbrio entre o ensino da Língua Portuguesa e as diversas variedades linguísticas que existem.

(...) o tratamento da gramática num espaço escolar há de respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada para a produção de sentidos, o que se opera nesse jogo entre restrições e escolhas que equilibra o sistema. Para responder a essa necessidade de equilíbrio, a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos. Assim, a gramática de uma língua não pode ser oferecida como camisa-de-força, primeiro mapeada para depois ser recheada de exemplos, aqueles que venham a calhar para a doutrina assentada. (NEVES, 2003, p. 85).

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA ESCOLA: COMO EVITAR

Como já mencionado, é necessário que o ensino da Língua Portuguesa seja voltado para as inúmeras variedades linguísticas existentes. O que se faz necessário é mostrar aos alunos a pluralidade linguística que há dentro de um ambiente escolar e não fazer a substituição do que é errado pelo que é tido como “correto” na Língua Portuguesa. É preciso, porém, tomar cuidado para não excluir um ou outro, ou seja, o trabalho que deve ser realizado é o de conscientização e o reconhecimento dos diversos usos da língua, pois de acordo com Sírio Possenti (2008, p.17), “nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino na escola”.

A partir do momento em que os alunos utilizam linguagens diferentes para se comunicarem, não significa que os mesmos não têm capacidade de aprendizado de

ambas as modalidades da língua. O dever da escola é ensinar sobre a variação padrão e demais variações linguísticas que venham a existir, para que haja o menosprezo a determinadas classes de alunos. Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais retratam que

o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, 21).

No entanto, o que acontece é que a forma como o ensino da Língua Portuguesa está chegando até os alunos é antiquada, tendo em vista que a escola não deve se ater somente ao ensino padrão da língua, pois existem diversos fatores na sociedade que precisam ser lembrados, reconhecidos e integrados no ambiente escolar.

Os defensores da gramática normativa vendo todos esses fenômenos acontecerem acham isso errado e, cada vez mais num poço sem saída, tentam se mostrar forte, inabalável. Ignorando, discriminando, rebaixando as pessoas. Se nossa língua fosse pura, como os gramáticos pensam a tal não tinha nascido do latim vulgar (BAGNO, 2007, p. 90).

Ignorar os diversos dialetos existentes dentro do ambiente escolar é uma forma de preconceito e de desprezo à capacidade cognitiva do aluno. Dentro da escola não se pode desconsiderar a cultura ou a situação social de um aluno, tendo em vista que a língua padrão é apenas uma base para que o aluno possa entender e compreender como é a língua dentro da sua formalidade. O preconceito, portanto, que é instaurado dentro da escola em relação às variações linguísticas “deve ser enfrentado como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença” (BRASIL, 1997, p. 31).

O aluno deve aprender, não somente falar certo ou errado, mas sim qual forma deve usar em determinados momentos do cotidiano. Todo indivíduo que passa a desenvolver o ato da fala, consegue utilizar a linguagem.

Se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada, “sobre”, ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber

muito “sobre” uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais. Para dar um exemplo óbvio, sabe evidentemente mais inglês uma criança de três anos que fala inglês usualmente com os adultos e outras crianças para pedir coisas, chingar, reclamar ou brincar, do que alguém que tenha estudado a gramática do inglês durante anos, mas não tem condições de guiar um turista americano para passear numa cidade brasileira. (POSSENTI, 2008, p. 54).

Possenti (2008), assim como outros autores, revelam como de fato deve ser o ensino da Língua Portuguesa nas escolas, levando em consideração que as normas gramaticais deveriam estar sendo ensinadas em última instância, pois a escrita, a leitura, a interpretação e a interação durante as aulas devem ser os primeiros pontos a serem ensinados. Para que isso ocorra, os professores precisam deixar de lado métodos retrógrados no que se refere ao ensino da língua. Possenti (2008), afirma que todas as escolas deveriam adotar três formas de gramática para trabalhar com seus alunos:

a) A gramática normativa – conjunto de regras *que devem ser seguidas* – é a mais conhecida do professor de primeiro e segundo graus, [...] apresentam um conjunto de regras, [...] se dominadas, poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral); b) A segunda definição de gramática – conjunto de regras *que são seguidas* – é a que orienta o trabalho dos linguistas, cuja “preocupação é *descrever e/ou explicar* as línguas tais como elas são faladas. Nesse tipo de trabalho, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras *que são seguidas*”. c) A gramática internalizada – conjuntos de regras *que o falante domina* – refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases e sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua (POSSENTI, 2008, p. 64, 65 e 69).

A escola deve ser o local onde os alunos tenham a oportunidade de aprender a defender suas opiniões e respeitando os pontos de vistas diferentes. Dessa forma, serão capazes de dominar diversas formas de linguagem e de comunicação, sem fazer restrição apenas à língua materna do aluno. Trabalhando com essa estratégia, o ensino da Língua Portuguesa também pode vir a ficar mais interessante, levando em consideração que os alunos veem essa matéria como chata ou difícil, pontos esses que são negativos para o que ensino da Língua Portuguesa venha a ser significativo.

As principais formas de variação que são encontradas dentro do ambiente escolar dizem respeito à concordância verbal e nominal e muitos professores acabam abordando a variação linguística de maneira sucinta e muito presa aos conteúdos contidos nos livros didáticos e nas leituras que são realizadas. Tais atitudes podem tornar a aula desmotivada e fazer com que o aluno não goste de participar das

atividades orais, com medo de “falar errado” e ser vítima do preconceito linguístico. Esses sentimentos acabam fazendo com que o aprendizado dos alunos regreda, os desmotivem e os desencorajem tanto a interagir em sala de aula quanto em outros ambientes.

Dessa forma, é notório que ainda persiste a forma tradicional de ensinar nas escolas, onde o professor é o detentor do conhecimento e os alunos são apenas meros expectadores, mesmo com a implantação de várias políticas públicas de melhorias para a educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases. E no que se refere ao ensino da linguística, o ensino ainda é reduzido apenas o ensino da gramática. De acordo com um documento publicado pelo Ministério da Educação e Cultura:

Persiste, ainda, a tradicional concepção informativa de literatura, entendida como um conjunto de conhecimentos histórico-culturais e estéticos que se supõem poder fazer a mediação entre o leitor e a obra. Nessa concepção, o contato entre essas instâncias fica subordinado a critérios de avaliação e mecanismos de acesso atrelados a preceitos nem sempre muito adequados à compreensão da obra, por conta de uma origem de caráter normativo ou excessivamente canônico, que acabam perturbando o efetivo trabalho do leitor (BRASIL, 1998, p.45).

Apesar dessa forma de ensino já ter sido modificada, ainda existem professores que insistem em aplicar a forma antiquada do ensino. O grande desafio da educação linguística contemporânea é permitir, incentivar e desenvolver um aprendizado mais abrangente e eficaz. Entretanto, é importante salientar que esse artigo não se trata de criar preconceito sobre a norma padrão da Língua Portuguesa, mas sim de minimizar o preconceito que existe em relação às diversidades de variações linguísticas. Bagno (1999) foi categórico ao afirmar que

Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade e incompetência (BAGNO, 1999).

Portanto, é preciso combater o preconceito linguístico existente e tratar do ensino da Língua Portuguesa com atividades dinâmicas e motivadoras para que os alunos possam ter contato com a diversidade linguística que existe e aprender os ambientes adequados para que essas modalidades sejam utilizadas. E nesse processo, o professor deverá desempenhar um papel fundamental nesse combate ao

preconceito e, para isso, precisa ter uma grande familiaridade a respeito dessa temática e desenvolver uma nova postura tanto prática quanto teórica sobre o ensino da Língua Portuguesa.

2.1. METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa e foi realizado através de uma revisão bibliográfica que Gil (1999) classifica como procedimentos técnicos de uma pesquisa, permitindo ao pesquisador um conhecimento mais apurado, fornecendo informações claras sobre o tema em questão, contemplando artigos científicos, monografias e dissertações disponíveis em bases de dados. Os dados foram levantados por meio de trabalhos científicos indexados nas bases eletrônicas SciELO (*Scientific Eletronic Library On-line*) e Google Acadêmico. Todo material foi levantado em língua portuguesa.

(...) a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muitos dispersos no espaço [...] ou seja, para você conhecer o continente europeu, por exemplo, não necessariamente você precisa viajar até lá, mas através de um bom material bibliográfico esta questão fica aparentemente possível (p. 71).

Foram utilizadas as publicações pertinentes ao tema, publicadas nas bases de dados citadas anteriormente e não foram considerados os trabalhos que não apresentaram relevância para o tema e publicados em outra língua que não a preconizada. Uma análise cuidadosa de dados foi realizada para apresentação, de forma descritiva, dos resultados objetivados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, ressaltou-se que a maioria das escolas apresenta um ensino baseado no tradicionalismo

gramatical, onde é alimentado um ensino voltado para as normas padrão da Língua Portuguesa que são tidas como “corretas” e que está bastante suscetível à prática do preconceito linguístico, tendo em vista que não abrange as demais variações linguísticas existentes.

No âmbito escolar encontram-se diversas diferenças dialéticas, por isso, se faz necessário observar o espaço geográfico e as camadas socioculturais existentes dentro desse espaço, pois cada aluno carrega consigo uma bagagem advinda da sua cultura. Muitos alunos ficam constrangidos ou revoltados diante das correções que são realizadas por seus professores mediante suas falas, por não estarem de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa. Essas situações acabam gerando restrição nos alunos quanto à comunicação, fazendo com que eles não tenham interesse em participar oralmente de discussões sobre os conteúdos estudados ou até mesmo a tirarem suas dúvidas.

Dessa forma, é possível constatar que o preconceito linguístico acaba afetando a aprendizagem dos alunos, coibindo-os em relação às suas falas, à participação ativa durante as aulas de Língua Portuguesa e o desenvolvimento da aprendizagem de maneira geral. Esse preconceito linguístico afeta não só o cognitivo do aluno, mas também o lado sentimental, pois podem produzir diminuição da auto estima e da motivação em querer aprender.

“A grande missão do professor de língua materna é (...) transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação (...)” (BECHARA, 1989, p.14). Os alunos precisam ser capazes de ler, compreender, interpretar, interagir e produzir diferentes gêneros textuais, não apenas visualizando e ouvindo estudos sobre a gramática da norma padrão. Pode-se dizer que, o preconceito linguístico é fruto da intolerância da minoria do povo brasileiro, tendo em vista que a maioria do povo brasileiro são as pessoas que fazem parte do português não padrão.

E é na escola que esse preconceito é realizado de maneira mais intensa, pois os alunos ainda mantêm uma perspectiva errônea da língua, com a ideia de que a língua deve acompanhar a norma padrão das gramáticas normativas ocasionando dessa forma o desprezo pela variedade linguística do aluno. Portanto, conclui-se que após muitas pesquisas, artigos, livros referentes ao estudo da sociolinguística, tem desempenhado um papel fundamental para o entendimento da língua e como trabalhar em sala de aula.

Atualmente, principalmente nas universidades onde futuros professores passam, aderem ou aderiram a essa perspectiva concordando com a diversidade da cultura e da língua brasileira. Dessa forma, espera-se indivíduos saindo com novas ideias, tendo novos conceitos de como trabalhar a Língua Portuguesa possa quebrar esse paradigma de que só aprendendo ou decorando a gramática da norma padrão é que seremos seres capazes de dominar e administrar a nossa língua materna.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

_____. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Nada na Língua é por Acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: opressão? Liberdade?** 4. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Introdução. Volume UM: Formação pessoal e social; volume três: Conhecimento de mundo. Brasília. Ministério da educação e do esporte. Secretaria de educação fundamental. 1998.

COSTA, Catarina de Sena Cerqueira Mendes da. **Variação/ Diversidade Linguística, oralidade e letramento**: discussões e propostas alternativas para o ensino de língua portuguesa. 2012. Disponível em: www.ileel.eifu.ler/anaisdosielp/pt/arquivos/Sielp_2012/1438.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Yonne. CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 74 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

TARALLO, Fernando. (org.) **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.